



EDITORIAL EDITORIAL

Vanda Arantes de Araujo
Editora Geral | Editora General

É com muita alegria que os profissionais que compõem o Comitê Editorial da Revista **Perspectivas em Políticas Públicas** colocam à disposição dos leitores mais um número; especialmente para mim, pois faço parte dessa equipe desde o lançamento deste periódico, em 2008. Neste momento, tenho a responsabilidade e o prazer de assumir a função de Editora Geral para, com o apoio e colaboração de todos, levar adiante a sua publicação.

Entretanto, nossa trajetória não é composta somente de momentos alegres; muitas vezes é marcada por desafios e momentos de tristezas. Dessa forma, coube, também, a mim, registrar a perda do ilustre componente do Comitê Editorial Nacional de **PPP**, o Professor Dr. Luís Aureliano Gama de Andrade, fato que deixou toda a equipe muito sentida. Hoje, o Professor não mais se encontra entre nós, mas deixa, para a **PPP** e a FaPP como um todo, uma notável contribuição. Sua competência e sua visão sobre as políticas públicas foram fundamentais para que a **PPP** avançasse e desse importantes passos na sua implementação.

Assim, utilizo-me de algumas palavras do Prof. Luís Aureliano, publicadas na Seção Ponto de Vista do nº 3 de **PPP**: “[...] o desafio que nos confronta hoje [...] é fazer do Brasil uma sociedade justa, desenvolvida, onde todos, independentes de gênero, etnia ou de naturalidade, desfrutem de oportunidades semelhantes” (p.149) para destacar, neste número, a inclusão de quatro temas que, de certa forma, relacionam entre si e vão ao encontro desses desafios, uma vez que os artigos trazem análises e discussões sobre as políticas públicas que buscam oportunizar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, garantindo os meios de atendimento às necessidades básicas das pessoas de: acesso à água, à alimentação, à moradia e saúde.

O primeiro artigo, *A promoção do acesso à água como direito humano: formulação de políticas de respeito, proteção e cumprimento*

deste direito, da autora Maria Bueno Barbosa, aborda a questão da promoção da garantia do acesso à água vista como direito humano. Discute as políticas de promoção assumidas pelos governantes na agenda internacional e apresenta a vasta documentação que trata da temática, analisando problemas decorrentes da escassez da água e o compromisso dos signatários em promover, respeitar e proteger o acesso. Em sua análise, ressalta que definir o acesso à água como um direito humano significa estabelecer e prever metas de uso e de distribuição, cabendo aos estados o compromisso na garantia, salvaguardando respeito e sua promoção. Gerenciar os recursos hídricos é tarefa complexa, afirma a autora, e não se pode esquecer que as políticas sociais ineficazes ou inexistentes agravam a situação, devendo, ainda, considerar que a relação entre o homem e a água é anterior ao direito, pois a falta dela atinge o homem na sua necessidade mais básica: "o direito à vida!"

No segundo artigo: *Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG*, os autores Rafael Júnior dos Santos Figueiredo Salgado e Marcelo Miná Dias apresentam o resultado da pesquisa realizada com os agricultores familiares participantes da PAA, este que faz parte de um conjunto de políticas públicas relacionadas ao combate à fome e à pobreza e surge como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Realizada em 2011, os autores apontam que os resultados indicam, na percepção dos participantes da pesquisa, que o Programa influenciou positivamente na qualidade de vida dos agricultores familiares, na elevação de renda e no incentivo à produção de alimentos livres de agrotóxicos, entre outros. Em relação à água, os participantes afirmam a importância de ter este "valioso bem".

Avaliar políticas públicas é sempre um desafio para os responsáveis por esse empreendimento, é o que a autora Fernanda Carneiro discute em seu artigo *Avaliação de políticas públicas: por um procedimento integrado ao ciclo da gestão*. Baseada em estudo bibliográfico sobre a avaliação de políticas públicas e sua institucionalização, a autora discute os desafios encontrados tanto por experts quanto pelo governo na realização das avaliações. Faz referências às dificuldades encontradas no modelo francês, que foi a base das avaliações realizadas no Brasil. Aponta mudanças dos indicadores utilizados para avaliação e a necessidade de superação do seu fim fiscalizador para uma avaliação que tenha como objetivo trazer novos conhecimentos sobre os programas. Afirma que a avaliação da política pública é uma nova cultura e adquire maior complexidade por se apresentar

como ferramenta de apoio à gestão, portanto se acredita que deve ser de interesse do gestor implementá-la. A autora destaca, ainda, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como pioneiro na institucionalização de uma secretaria especializada em avaliação e gestão da informação.

No quarto artigo, Entre a produção habitacional estatal e as moradias precárias: uma análise da popularização da casa própria no Brasil, a autora Walkiria Zambrzycki Dutra discute de que forma o poder público busca solucionar o problema do acesso à moradia no Brasil. Para isso, analisa as políticas públicas de habitação, comparando os dois períodos em que houve um maior investimento no setor da habitação: o Regime Militar (1964-1985) e o período atual (2003-2012). Sob a forma de estudo de caso, a autora analisa a política pública habitacional no aspecto de promotora de um bem social e a relação do setor público com o privado. Questiona e aponta uma forte parceria entre os setores, deixando uma dúvida sobre a quem as políticas públicas de habitação favorecem.

Encerramos os nossos diálogos da Seção Artigos, desse número, com: *Federalismo e políticas públicas: indução e cooperação na formação de consórcios intermunicipais de saúde*, do autor Paulo Ricardo Diniz Filho, o qual apresenta uma análise sobre as políticas públicas de saúde, especificamente quanto à formação dos consórcios intermunicipais no Estado de Minas Gerais. Afirma que a política pública no Brasil deve ser vista no contexto das características do federalismo nacional e que essa discussão tem ocupado papel de destaque nas agendas. A partir dos anos 2000, a cooperação horizontal surge como fórmula de trabalho bastante promissora em resposta aos problemas que angustiam os municípios. O autor discute a descentralização das políticas de saúde e aponta o Estado de Minas como pioneiro na elaboração de políticas de incentivo à criação e formação de consórcios intermunicipais de saúde. Para tanto, analisa as políticas estaduais de indução à formação das Associações microrregionais destacando seu papel decisivo, ao longo do tempo, no processo de formação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde.

E como não poderia deixar de ser, na Seção Ponto de Vista fica, nas palavras de Antônio Eduardo de Noronha Amabile, nossa homenagem e nosso "Muito Obrigado", ao Professor Luiz Aureliano.

Finalizo este editorial agradecendo, sinceramente, aos autores que enviaram seus estudos para serem publicados neste número e aos integrantes do Conselho Editorial e Avaliadores que têm contribuído

de forma muito especial e competente para que possamos continuar mantendo os padrões de qualidade de **PPP** e levar, aos nossos leitores, textos com discussões relevantes, que propiciam novas construções acerca das políticas públicas.

Desejo a todos uma boa leitura!

Es con gran alegría que los profesionales que conforman el Comité Editorial de la revista **Perspectivas en Políticas Públicas**; colocan a disposición de los lectores un número más, especialmente para mí, porque pertenezco a este equipo desde el lanzamiento de este periódico, en el año 2008 . En este momento, tengo la responsabilidad y el placer de hacerme cargo de la función de Editor Jefe, contando con el apoyo y la colaboración de todos para llevar adelante la publicación.

Sin embargo, nuestra historia no se compone sólo de momentos alegres, a menudo está marcada por retos, desafíos y momentos de tristeza. Por lo tanto, cabe también a mí, registrar la pérdida de un ilustre y destacado miembro del Comité Editorial Nacional del **PPP**, el profesor Dr. Luis Aureliano Gama de Andrade, un hecho que dejó a todo el equipo muy sentido. Hoy el profesor ya no está entre nosotros, pero nos deja, para el PPP y para FaPP en conjunto, una contribución notable. Su competencia y sus puntos de vista sobre las políticas públicas fueron esenciales para que el PPP avanzase y para que diese importantes pasos en su aplicación.

Permítanme usar algunas palabras del Prof. Luis Aureliano , publicadas en la sección Punto de vista N° 3 del **PPP** : "el reto al que nos enfrentamos hoy en día es construir en Brasil una sociedad justa, desarrollada, donde todo el mundo, independientemente de sexo, origen étnico o procedencia, disfruten de las mismas oportunidades "(p.149) para resaltar en este número, colocamos cuatro temas que de alguna manera se relacionan entre sí y van dirigidos hacia estos desafíos, ya que los artículos incluyen el análisis y la discusión de las políticas públicas que buscan una posible mejor calidad de vida para los ciudadanos, garantizando los medios para satisfacer las necesidades básicas de las personas: el acceso al agua, alimentos, vivienda y salud.

Permítanme usar algunas palabras del Prof. Luis Aureliano , publicadas en la sección Punto de vista N° 3 del **PPP** : "el reto al que nos enfrentamos hoy en día es construir en Brasil una sociedad justa,

desarrollada, donde todo el mundo, independientemente de sexo, origen étnico o procedencia, disfruten de las mismas oportunidades” (p.149) para resaltar en este número, colocamos cuatro temas que de alguna manera se relacionan entre sí y van dirigidos hacia estos desafíos, ya que los artículos incluyen el análisis y la discusión de las políticas públicas que buscan una posible mejor calidad de vida para los ciudadanos, garantizando los medios para satisfacer las necesidades básicas de las personas: el acceso al agua, alimentos, vivienda y salud.

El primer artículo, *la promoción del acceso al agua como un derecho humano: la formulación de políticas de respeto, para proteger, cumplir y hacer realidad este derecho*, de la autora Maria Bueno Barbosa, que se refiere a la cuestión de la promoción de la garantía del acceso al agua vista como un derecho humano.

Analiza las políticas de promoción asumidas por los gobiernos en la agenda internacional y presenta una amplia documentación que se ocupa de estos temas, el análisis de los problemas derivados por la escasez de agua y el compromiso de los gobernantes para promover, respetar y proteger el acceso a la misma. En su análisis, destaca que definir el acceso al agua como un derecho humano significa establecer metas de uso y de distribución, mientras que los estados deben asumir el compromiso de garantizar el respeto y su promoción. Administrar los recursos hídricos es una tarea compleja, dice la autora, y no podemos olvidarnos que las políticas sociales ineficaces o inexistentes empeoran la situación y también hay que considerar que la relación entre el hombre y el agua está por encima de la ley, porque la falta de ella afecta al hombre en su necesidad más básica: “el derecho a la vida”.

En el segundo artículo : *Análisis de la influencia del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) sobre la calidad de vida de los agricultores familiares en Viçosa / MG*, los autores Rafael Júnior dos Santos Figueiredo Salgado y Marcelo Miná Dias presentan los resultados de la investigación llevada a cabo con los agricultores familiares que participan en la PAA, es parte de un conjunto de las políticas públicas relacionadas con el combate al hambre y la pobreza, y se presenta como una de las principales acciones estructurales del Programa Fome Zero. Celebrada en 2011, los autores señalan que los resultados indican, según la percepción de los encuestados, que el programa influyó positivamente en la calidad de vida de los agricultores familiares, aumentó sus ingresos y los incentivó para producir alimentos libres de pesticidas, entre otros. En cuanto al

agua, los participantes afirmaron la importancia de contar con este “valioso bien”. La evaluación de las políticas públicas es siempre un reto para los responsables por ese emprendimiento, es lo que la autora Fernanda Carneiro discute en su artículo *Evaluación de políticas públicas: por un procedimiento para el ciclo de la gestión integrada*. Con base en estudios bibliográficos sobre la evaluación de las políticas públicas y su institucionalización, la autora analiza los desafíos encontrados tanto por los expertos como por el gobierno en el logro de las evaluaciones. Hace referencias a las dificultades encontradas en el modelo francés, que era la base de evaluaciones llevadas a cabo en Brasil.

Apunta cambios de los indicadores utilizados para la evaluación y la necesidad de superar el fin fiscalizador que pretenda acercar los nuevos conocimientos a respecto de los programas. Afirma que la evaluación de las políticas públicas es una nueva cultura y se vuelve mucho más compleja, ya que se presenta como una herramienta de apoyo a la gestión por lo que se cree que es de interés del gestor implementarla. La autora también destaca al Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre como un pionero en la institucionalización de una secretaría especializada en la evaluación y gestión de la información. En el cuarto artículo, *Entre la producción estatal de moradias y las viviendas precarias: un análisis de la popularización de la vivienda propia en Brasil*, la autora Walkiria Zambrzycki Dutra discute cómo el poder público trata de solucionar el problema del acceso a la vivienda en Brasil. Para eso, analiza las políticas públicas de vivienda, la comparación de los dos períodos en los que hubo una mayor inversión en el sector de la vivienda: el régimen militar (1964-1985) y el período actual (2003-2012). Bajo la forma de estudio del caso, la autora analiza la política pública habitacional en el aspecto de promotora de un bien social y la relación entre el sector público y el privado. Cuestiona y apunta una fuerte asociación entre los sectores, dejando una duda a respecto, a quién o quiénes las políticas públicas favorecen.

Terminamos nuestro diálogo en la Sección Artículos, de este número, con: *Federalismo y políticas públicas: la cooperación e inducción en la formación de consorcios intermunicipales de salud*, del autor Paulo Ricardo Diniz Filho, que presenta un análisis sobre las políticas públicas de salud, específicamente con la formación de consorcios intermunicipales en el Estado de Minas Gerais. Afirma que la política pública en Brasil debe ser vista en el contexto de las características del federalismo nacional y que esa discusión ha ocupado un papel preponderante en las agendas. Desde la década del 2000, la

cooperación horizontal surge como destacada fórmula de trabajo en respuesta a los problemas que aquejan a los municipios.

El autor analiza la descentralización de la política de salud y señala al estado de Minas Gerais como un pionero en el desarrollo de políticas para fomentar la creación y formación de consorcios intermunicipales de salud. En él se analizan las políticas de Estado para inducir a la formación de Asociaciones micro regionales destacando el papel crucial en el tiempo de proceso de formación de Consorcios Intermunicipales de Salud. Y como no podía dejar de ser, en la sección Puntos de Vista, nos quedan las palabras de Antonio Eduardo de Noronha Amabile, nuestro homenaje es "Muchas Gracias" profesor Luiz Aureliano.

Concluyo esta editorial agradeciendo sinceramente a los autores que presentaron sus estudios que se publicarán en este número y a los miembros del Consejo Editorial y Revisores que han contribuido de forma muy especial y competente para que podamos seguir manteniendo los padrones de calidad de **PPP** y llevar a nuestros lectores textos con discusiones relevantes que proporcionan nuevas construcciones acerca de las políticas públicas.

¡Les deseo a todos una buena lectura!